



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Metropolitana - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0010816/2023-41

A Supervisora Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Centro Norte**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO REQUERIMENTO INTERVENÇÃO AMBIENTAL | DE DE | NÚMERO DOCUMENTO | DO | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|--|----------|-------------------------|----|--|
| Não passível de Licenciamento Ambiental - Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | | 2100.01.0010816/2023-41 | | URFBio Centro Norte |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Nome: USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA. | | | | CPF/CNPJ: 40.980.957/0001-66 |
| Endereço: AV ALVARES CABRAL, 1777, SALA 1105 | | | | Bairro: Santo Agostinho |
| Município: Belo Horizonte | | UF: MG | | CEP: 30.170-008 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | | |
| Nome: Faixa de servidão de rede de transmissão de energia (138kV) - Rede Pedro Leopoldo | | | | CPF/CNPJ: 40.980.957/0001-66 |
| Endereço: Trecho em área rural em Jaboticatubas | | | | Bairro: zona rural |
| Município: Jaboticatubas | | UF: MG | | CEP: 35.830-000 |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | | |
| | | | | |

| | | | |
|---|--------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Denominação: Faixa de servidão de rede de transmissão de energia (138kV) - Rede Pedro Leopoldo | | Área Total (ha): 1,6238 | |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Não se aplica - Faixa de servidão administrativa | | Município/UF: Jaboticatubas /MG | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): | | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA | | | |
| Tipo de Intervenção | | Quantidade | Un |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | | 1,6238 | ha |
| | | 30 | Und. |
| 5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | |
| Uso a ser dado à área | Especificação | Área (ha) | |
| Infraestrutura de energia | Usina solar fotovoltaica | 1,6238 | |
| 6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | |
| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber |
| Cerrado | 1,6238 | Área antropizada com árvores isoladas | não se aplica |
| Total: | 1,6238 | | Total: |
| 7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | |
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
| Lenha de floresta nativa | | 2,0022 | m³ |
| Madeira de floresta nativa | | 2,0942 | m³ |
| Madeira de Espécie protegida | Pequizeiro | 8,2109 | m³ |
| 8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA | | | |
| SANDRA MOTA BALDEZ - MASP: 1.021.293-4 | | | |
| Data da Vistoria: 05/10/2023. | | | |
| 9. VALIDADE | | | |

| | |
|--|--|
| Data de Emissão: 18/10/2023. Validade: 18/10/2026 | Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP. |
|--|--|

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Planta (UTM) | |
|---|-------------|------|-------------------------|-------------|
| | | | X | Y |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | SIRGAS 2000 | 23 K | 621203.837 | 7854405,258 |

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|--|
| 1 | Contratar profissional competente e habilitado para execução dos serviços | Durante a intervenção |
| 2 | Conciliar a execução da supressão da vegetação com a efetiva implantação do empreendimento, diminuindo o tempo de exposição do solo | Durante a vigência da Autorização |
| 3 | Implantação de um sistema de drenagem na área do empreendimento | Durante a intervenção |
| 4 | Adotar técnicas e procedimentos necessários à destinação adequada dos resíduos gerados durante a atividade | Durante a intervenção |
| 5 | Dar destinação correta ao material lenhoso proveniente da supressão considerando o disposto no Decreto 47.749/19, sendo vedado o uso do material proveniente da supressão da espécie <i>Cedrela odorata</i> como lenha ou carvão. | Durante a vigência da Autorização |
| 6 | Apresentar previamente à entrega do AIA o comprovante de pagamento da Compensação por supressão de espécie protegida | Antes da entrega do AIA |
| 7 | Apresentar previamente à entrega do AIA o comprovante de pagamento da Reposição Florestal por supressão de espécie nativas. | Antes da entrega do AIA |
| 8 | Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico verificando a situação do plantio. Informar quais as medidas silviculturais adotadas no período e a necessidade de intervenção no plantio. | Anualmente, durante a validade da Autorização. |
| 9 | Isolamento da área de preservação permanente através do cercamento com 3 fios de arame liso, sendo o primeiro a 40 centímetros do solo, de forma a permitir o acesso da fauna silvestre | 36 meses |
| 10 | Implantação de sinalização identificando a área de preservação permanente em pontos visíveis, reforçando o isolamento e a proteção. | 36 meses |

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Filizzola Andrade Viana**, Supervisor(a), em 18/10/2023, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **75342358** e o código CRC **EEEAFF44**.